



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1090

A EDUCAÇÃO CATEQUÉTICA NO DISCURSO DO CONCÍLIO VATICANO II (1962-1965)

Marlei Correia

UNICENTRO

Resumo

Dentre as atividades institucionalizadas pela Igreja Católica, a catequese se configura como uma das organizações educacionais que melhor se estruturam no âmbito pastoral. Todos os anos inúmeras crianças, jovens e adultos procuram a Pastoral Catequética com o intuito de receber uma formação baseada na educação a fim de se tornarem pessoas inseridas nos ideais do cristianismo. A partir do Concílio Vaticano II, na década de 60, a Igreja perpassa por um período de renovação pastoral e a catequese sofre modificações metodológicas e alterações de linguagens. Esta proposta tem como objetivo refletir sob a ótica antropológica das encíclicas do Concílio Vaticano II, o perfil do cristão, tipo de educação e formação humana pensada pela Igreja e como a catequese sistematizou tais ideias. Os procedimentos metodológicos dessa pesquisa se dão por meio de estudos de natureza teórica e documental, utilizando-se da literatura especializada, como documentos pontifícios, orientações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), manuais catequéticos e revistas de catequese. Embora já existisse uma estrutura organizacional da catequese, sobretudo no Brasil, funcionava por meio de transmissão dos conteúdos da fé, pelos quais eram ensinadas determinadas práticas cristãs, de forma tradicional e fragmentada, fiel ao modelo definido ainda no Concílio de Trento (1545 a 1563). Era uma prática essencialmente doutrinária e sacramentalista, cuja metodologia consistia na memorização e recitação. O Concílio Vaticano II representou a ruptura desse modelo e implantou novos paradigmas nas pastorais da Igreja católica, sobretudo para a catequese, quando se passa a pensar um novo tipo de homem.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II; catequese; educação confessional; antropologia.

Introdução e justificativa

A educação catequética no Brasil, enquanto processo de educação não-formal, de especificidade cristã, conta com determinada organização pedagógica e diretrizes eclesiais que orientam essa educação por meio de métodos e linguagens próprias que visam dar identidade, e nesse caso a identidade cristã, aos sujeitos

que decidem participar desse processo. Entende-se por educação não-formal todo processo formativo que ocorre em instituições educativas não-escolares, porém com determinado grau de organização e sistematização, que se estabelece em igrejas ou outros lugares. Diante disso, a catequese se configura como uma prática de ensino presente na sociedade desde os primórdios do cristianismo.

Um dos momentos de maior importância para a história da educação confessional católica, especialmente no Brasil e na América Latina, é o do Concílio Vaticano II, realizado de 1962 a 1965, no qual foram definidas grandes mudanças na relação entre a Igreja e o mundo moderno. Essas mudanças implicaram na elaboração de um novo projeto de educação catequética com algumas diferenças em relação à chamada catequese tradicional que era anteriormente praticada.

Esse estudo se justifica, portanto, pela necessidade de se conhecer, pelo viés pedagógico, a organização e as estratégias da Igreja Católica para situar-se no mundo contemporâneo, especialmente ao pautar-se nas orientações do Concílio Vaticano II, que implicava em uma nova visão no que diz respeito à concepção de homem, de cultura e de sociedade. A mudança de paradigmas que a Igreja vive na década de 1960 remonta as ações educacionais das pastorais e movimentos, transformações que exigem a implantação de um novo modelo de catequese, que visasse atribuir determinada formação aos sujeitos e influenciasse suas atitudes para que se construísse uma nova sociedade, pautada na cultura dos valores difundidos pelo cristianismo. Assim, consegue-se vislumbrar aspectos referentes ao modelo antropológico ideologicamente pensado pela Igreja e sistematizado nos novos conteúdos e diretrizes da educação catequética contemplados nos documentos pontifícios, dentre os quais foram eleitos para este estudo, oito encíclicas consideradas relevantes para a compreensão da trajetória da catequese. Para ampliar essa reflexão, recorreu-se aos documentos e diretrizes da Comissão Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), onde se encontram os desdobramentos do Concílio vaticano II, além de contar com a ajuda de outras literaturas na tentativa de aprofundar essa reflexão.

Objetivos

O objetivo geral desse estudo consiste em refletir sobre a mudança de paradigmas na educação catequética a partir diretrizes do Concílio Vaticano II na década de 1960 para compreender qual modelo de homem, de cultura e de

sociedade pensado pela Igreja nesse período e como tais aspectos pedagógicos se expressam na prática e nos subsídios para a catequese.

Nessa perspectiva, os objetivos específicos são: Contextualizar historicamente o Concílio Vaticano II; Analisar as encíclicas conciliares e identificar seus desdobramentos na catequese; Estabelecer relação entre as diretrizes episcopais, organização da catequese e prática catequética; e por fim, refletir sobre o modelo antropológico evidenciado no discurso do Concílio vaticano II.

Resultados

As pesquisas em história da educação incorporaram uma grande quantidade de objetos, metodologias e fontes. Ao estudarmos a história da educação nos deparamos com a influência da Igreja Católica na educação brasileira, configurando-se como formal e não-formal, tanto nos ambientes escolares e não-escolares, ambas permeadas pela confessionalidade. Dentre as atividades que a Igreja católica desenvolve está a catequese, uma pastoral cuja organização é sistematizada e embasada por diretrizes eclesiais. Evidencia-se que muitas crianças, jovens e adultos se inserem e começam a percorrer um itinerário educacional que ao longo dos anos perpassou por diversas linguagens, modelos metodológicos e concepções antropológicas que se expressavam por continuidade e descontinuidade.

Anterior ao Concílio Vaticano II, a catequese se pautava num processo de ensino tradicional mediante práticas que se realizavam em torno da sacramentalização e da passividade dos inseridos nesse modelo educacional. De modo geral, o ensino era realizado por pessoas não suficientemente preparadas, baseado na memorização e retórica que culminava na formação superficial dos sujeitos. Um dos objetivos do Concílio Vaticano é romper com essa prática tradicional e sem sentido, instituída durante o Concílio de Trento (1545-1563), fato que ocorre já nas primeiras reuniões conciliares.

Mas o que foi o Concílio Vaticano II? O Concílio Ecumênico Vaticano II foi uma conferência mundial realizada pela Igreja Católica, em Roma, entre os anos 1962 a 1965, considerado o acontecimento eclesial de maior relevância para os cristãos católicos, justamente pela ruptura que representou e pela promoção de novos paradigmas. Em caráter ecumênico, foram definidas grandes mudanças na relação entre a Igreja e o mundo contemporâneo.

Dentre as diversas mudanças que se sistematizaram, cabe aqui destacar as que representam a catequese, cuja atribuição trouxe um novo olhar sobre a educação cuidada pela Igreja e a maneira como ela deveria acontecer.

O Concílio Vaticano II foi convocado pelo papa João XXIII, cuja especialidade era o diálogo apesar do aspecto conservador e político do seu pontificado. João XXIII faleceu após um ano da abertura do Concílio e em seguida assume o papa Paulo VI. De acordo com Beozzo (1993), representantes de 28 denominações religiosas e movimentos não cristãos, além de religiosos e religiosas, presbíteros e bispos participaram das discussões durante os quatro anos do Concílio. As sessões foram acompanhadas pela imprensa de diversos países. O resultado das discussões culminaram na produção de dezesseis documentos, organizados em decretos, constituições e declarações, que contém orientações que explicitam a mudança de postura por parte da Igreja em relação ao mundo contemporâneo, dentre os quais oito podem ser utilizados para compreender as transformações da catequese.

A Constituição *Lumen Gentium*, cuja tradução do latim significa “luz dos povos” propõe um ensino novo e ressalta o surgimento do termo “evangelização”. Essa encíclica enfatiza a importância da missionariedade como meio de a Igreja se aproximar das pessoas, católicas ou não, considerando-se a diversidade de povos.

O Decreto *Unitatis Redintegratio*, cuja tradução é “restauração”, trata dos princípios católicos do ecumenismo. Sabe-se que o Concílio Vaticano II foi ecumênico, levando-se em conta que parte das reflexões contaram com o diálogo e a contribuição de pessoas vindas de outras denominações religiosas. Este decreto pontua a abertura da Igreja, pelo menos no discurso, em relação às outras crenças. Nesse sentido, aos poucos a catequese vai incorporando o conceito de ecumenismo em sua linguagem e aos poucos em suas práticas. De acordo com Wolff (2015), o Concílio Vaticano II foi decisivo para que a Igreja superasse as resistências ao movimento ecumênico, nascido em meios protestantes em meados do século XX.

O Concílio impulsionou a Igreja Católica a construir com outras igrejas um diálogo bilateral e multilateral, integrar organismos ecumênicos em diferentes países e continentes, realizar projetos de cooperação na evangelização e na ação social. [...] postura pastoral e espiritual que favorece o modo de ser Igreja que se caracteriza pelo diálogo, o respeito e a acolhida às diferenças, a parceria. (WOLF, 2015, p. 208)

A Constituição *Dei Verbum*, cuja expressão significa “Palavra de Deus” mostra a necessidade de uma adequada formação para interpretar a bíblia e evitar

equívocos, pois ela possui diversos gêneros literários e que no entanto, esse estudo bíblico possa ser orientado por pessoas que tenham condições de oferecer tal capacitação.

A Constituição *Gaudium et spes*, que significa “a Igreja no mundo de hoje” considera os problemas modernos de ordem social e propõe o resgate dos valores cristãos. No que se refere à exposição da Igreja no mundo contemporâneo, algumas especificidades lhe são atribuídas, como a solidariedade com as famílias, a consideração pelos problemas de ordem social, a necessidade do resgate dos valores cristãos para nortear a vida dos homens; proporcionar o redescobrimto do sentido da vida e da vivência comunitária, a aproximação com as pessoas com vistas aos seus dramas existenciais, a preocupação com os altos índices de pobreza e analfabetismo, a promoção da dignidade da família, o respeito pelas diversas culturas, a preocupação com os problemas nos âmbitos político e econômico, a importância do diálogo e a reflexão sobre as consequências do progresso e o desequilíbrio que ele causa na vida das pessoas. Dessas reflexões, brotam a chamada catequese antropológica.

De acordo com Morás (2004), a catequese antropológica deve priorizar as experiências de vida de cada pessoa envolvida no processo, e esta, dar sentido à essa experiência articulando com os dados da fé. Nessa perspectiva, esse modelo antropológico de catequese procura promover o amadurecimento da pessoa, o que vai além da maturidade da fé. Trata-se de um processo que dá atenção à vida concreta da pessoa, que valoriza a vida do sujeito, bem como sua cultura, seus costumes, seu pensar.

O modelo antropológico de catequese coloca em relação direta dois campos do saber, buscando articulá-los: a teologia e a antropologia. Palavra de Deus, palavra do homem; Deus e o homem; Teologia e antropologia se fundem na ação catequética. Não podemos falar de Deus sem falar do homem; nem falar do homem sem uma visão de Deus. (MORÁS, 2004, p. 76)

A catequese antropológica precisa da mediação da realidade e experiência humana para entender os conceitos de fé e conseqüentemente a mensagem de fé. De acordo com essa concepção de educação, Deus criou o mundo e os homens precisam cuidar dessa criação, (por isso muitos conteúdos de catequese abrangem a questão ambiental e a valorização do corpo humano, no sentido de cuidados). No que se refere à experiência humana e fé, esse modelo de catequese pressupõe o

que Morás (2004) chama de “dialética da continuidade/ruptura/realização”. Segundo o autor, a revelação vem ao encontro das pessoas e assume aspirações e valores humanos mais profundos. Dessa forma, a catequese se apoia naquilo que existe de bom nas pessoas e nas culturas. Nesse sentido, a continuidade se dá na preservação dos valores compatíveis com o evangelho nos diversos âmbitos sociais. No entanto, a ruptura se dá na relação entre continuidade e realização. Esta ruptura se dá no abandono das pressupostas “seguranças” da existência humana, na abertura para a revelação e para a fé. Nesse processo é fundamental a atitude, a escuta e a tomada de consciência. Em outras palavras, é uma catequese que parte da realidade humana, voltada para compreender os sujeitos e propiciar uma boa formação que contribua para o despertar da consciência desses sujeitos, e o aprimoramento de suas ações na sociedade.

A Declaração *Gravissimum Educationis*, traduzida como “o mais grave da educação” afirma a educação como um direito universal e recomenda que esta seja pautada pelos valores disseminados pelo cristianismo. Nesta encíclica percebe-se também a atenção ao tratamento atribuído à família, vista como a primeira sociedade onde a criança é inserida e começa a se desenvolver, e reforça o papel dos pais como os primeiros educadores. Esse discurso mais tarde seria incorporado pela catequese, ao declarar que os pais são os primeiros catequistas, aqueles que ensinam aos filhos os primeiros rudimentos da fé e os valores cristãos na vivência e no exemplo. Sob essa ótica, os catequistas seriam aqueles que visam complementar a ação da família. Evidencia-se nesse documento que essa ausência de capacidade dos pais ser exemplo, o que a Igreja chama de testemunho, foi pauta do Concílio Vaticano II, há 53 anos, quando se lança um olhar reflexivo sobre as mudanças no mundo e o progresso que á naquele período afetava as famílias negativamente. Na concepção eclesial, tais desequilíbrios do mundo contemporâneo estão levando as pessoas para longe da Igreja, e conseqüentemente cria-se uma distância quanto à vivência dos sacramentos instituídos por ela, relativizando a própria concepção do sagrado.

Ao que a Igreja expõe como crise de valores, a declaração *Gaudium et spes* (n. 229), anteriormente mencionada, explica como uma evolução rápida e desordenada das coisas que tem feito com que “o mundo se apresente ao mesmo tempo poderoso e débil, capaz de realizar o ótimo e o péssimo, abre o caminho da

liberdade e o da escravidão, do progresso e do regresso, da fraternidade e do ódio.” Nesse sentido, destaca-se um fragmento desta encíclica:

A educação é uma atividade humana da ordem cultural; a cultura tem uma finalidade essencialmente humanizadora. [...] No entanto, ainda uma parte considerável dos habitantes da terra padece fome e miséria e inúmeros são analfabetos. Os homens nunca tiveram um sentido de liberdade tão agudo como hoje, mas ao mesmo tempo aparecem novas formas de escravidão social e psíquica. (*Gaudium et spes* apud VIER, 1965, p. 146)

Na visão conciliar, a família é a instituição que tem como tarefa primordial educar para a vida em comunidade, cuja finalidade seja a superação do individualismo entre outros “desvalores”, conforme explicita a declaração *Gravissimum Educationis*.

A tarefa de ministrar a educação, embora seja primordialmente da competência da família, necessita dos auxílios de toda a sociedade. Assim, além dos direitos dos pais e das demais pessoas, a quem estes confiam parte da tarefa educacional, existem certos deveres e direitos que competem à sociedade civil, enquanto lhe cabe ordenar as coisas necessárias para o bem comum temporal. É encargo seu promover de muitos modos a educação da juventude. (*Gravissimum Educationis* apud VIER, 1968, p. 586)

No entanto, o progresso pós-guerra que se alastrava em muitos países promovendo a aceleração do capitalismo e a inserção da tecnologia em muitos setores da sociedade, fato que a Igreja da década de 1960 via como um problema, levando-se em conta a o discurso da Teologia da Libertação que explodiria nos anos 70, quando se propunha a libertação da opressão, a superação das injustiças sociais e conscientização a respeito da lógica capitalista que ao oprimir, impedia a dignidade das famílias desfavorecidas economicamente. É em relação a essas situações que o Concílio Vaticano II elabora suas reflexões evidenciando a necessidade de a Igreja atentar para essas causas e promover o que ela mesma chama de resgate dos valores e do viver em comunidade.

O Decreto *Apostolicam Actuositatem*, que significa “apostolado dos leigos”, aborda o papel dos leigos, e recomenda que os membros eclesiais ofereçam a eles uma formação moral, espiritual, bíblica, teológica, ética, doutrinária e filosófica. No caso da catequese, os catequistas são considerados leigos e é para estes que se direciona diversas tentativas de formação em vários níveis. Posteriormente a divulgação dessa encíclica, as dioceses começam a organizar cursos de capacitação para instrumentalizar esses leigos para realizar adequadamente o

ensino catequético. É também nesse período que surge uma infinidade de subsídios de catequese contendo metodologias, conteúdos, atividades e textos indicadores do novo paradigma que a catequese vivenciaria. Nesse sentido, o Decreto *Ad Gentes*, “as nações” vem complementar o decreto anterior explicitando a necessidade da formação dos catequistas, incentiva a criação de escolas de formação e recomenda que a Igreja se abra aos novos métodos de catequese. O que chama a atenção nestas encíclicas é a valorização que a Igreja passa a dar aos leigos, a partir do discurso do Vaticano II. Nessa questão consegue-se vislumbrar pontos de mudança de paradigmas promovidos, a começar pela valorização dos leigos como pessoas importantes nesse processo e que necessitavam de formação para que conseguissem promover um bom trabalho nas pastorais e movimentos. Segundo Beozzo (1993), na catequese, assim como em outras pastorais, houve um acréscimo considerável na quantidade de leigos que aderiram a algum tipo de atividade nas comunidades e paróquias.

E, finalmente, o Decreto *Inter Mirifica* trata da relação dos meios de comunicação social e a Igreja. Nesse discurso, a Igreja reconhece a importância dos meios de comunicação e defende a necessidade de formação para o uso consciente da informação.

Portanto, é intrínseco à sociedade humana o direito à informação naqueles assuntos que interessam aos homens, quer tomados individualmente, quer reunidos em sociedade, conforme as condições de cada qual. O correto exercício desse direito, contudo, exige que a comunicação, quanto ao seu objeto, seja sempre verdadeira e, salva a justiça e a caridade, seja íntegra; ademais, quanto ao modo, seja honesta e equilibrada [...] pois nem todo conhecimento aproveita. (*Inter Mirifica* apud VIER, 1968, p. 569)

É inegável que a Igreja sempre fez uso dos meios de comunicação para difundir suas práticas e sua ideologia, mas o enfoque deste decreto é a reflexão acerca dos meios de comunicação como parte de um processo que visa atribuir formação aos sujeitos, e sendo assim, que tipo de formação? Como ela acontece e até que ponto ela pode de fato contribuir com o crescimento humano da pessoa? Os meios de comunicação são formativos, informativos ou opressivos? São essas as inquietações da Igreja quando ela expressa a preocupação com os conteúdos midiáticos que não tendem a formar, emancipar o sujeito, mas promovem certo desequilíbrio.

Até este momento foram pontuados apenas alguns elementos do discurso do

Concílio Vaticano II que se encontram fortemente presente em suas encíclicas e que apontam para diversos direcionamentos para a elaboração das diretrizes para a catequese no Brasil. Compreende-se que até o final dos anos 2000, muito desse discurso esteve incorporado à linguagem e aos empreendimentos catequéticos, sendo estes de fácil percepção quando se faz a análise os subsídios de formação para catequistas e os materiais didáticos da catequese. Pode-se afirmar que os frutos dessas discussões colocaram a catequese um novo patamar, onde os sujeitos envolvidos, principalmente os catequistas, sacerdotes e religiosos precisaram abrir-se para a mentalidade emergente. Nessa perspectiva, surgia a necessidade de um longo período de estudos, amadurecimento e reflexão acerca das práticas anteriores de catequese e das novas práticas que estavam sendo propostas. A catequese ao ganhar esse novo impulso sente a necessidade de entender o sujeito que percorrerá o itinerário catequético, considerando-se sua realidade, sua família, seus anseios e sua cultura. Para isso a Igreja abre-se às contribuições da Pedagogia, da Didática e da Psicologia, conforme recomenda na declaração *Gravissimum Educationis*.

Por isso, é necessário que, tendo em conta os progressos da psicologia, pedagogia e didática, as crianças e os adolescentes sejam ajudados em ordem ao desenvolvimento harmônico das qualidades físicas, morais e intelectuais, e à aquisição gradual dum sentido mais perfeito da responsabilidade na própria vida. (*Gravissimum Educationis* apud VIER, 1968, p. 583)

Embora a intenção do Vaticano fosse renovar o estilo de catequese, para que a Igreja de fato se inserisse na realidade das pessoas e estas reaprendessem a viver em comunidade, para se chegar a tal objetivo seria preciso um processo da educação da fé pelo qual a catequese pudesse promover a inserção do catequizando numa sociedade já desprovida dos valores cristãos, para que ele realizasse ações condizentes com os ideais cristãos. Todavia, o avanço nesse sentido foi lento. Além disso, a minoria que tinha acesso à informação e podia frequentar as escolas de formação resistia à mudança, se opondo fortemente às orientações conciliares ou até mesmo se omitindo diante da urgência de transformação. Diante disso a catequese continuava fragmentada.

Preocupada com a educação catequética, a CNBB lança o documento Catequese Renovada, fruto da 21ª Assembleia Geral dos Bispos do Brasil ocorrida em abril de 1983. Insistindo na renovação da catequese diante dos desafios encontrados desde o Concílio Vaticano II, a catequese dos anos 80 insiste no

embasamento bíblico procurando tornar sua mensagem mais próxima da vida das pessoas e assim poder responder às novas transformações sociais. Novos aspectos passam a nortear o caminho da *práxis* catequética, como: a mudança na linguagem (que se torna menos doutrinal e passa a ser coloquial), a exigência pela formação permanente do catequista, a inserção dos adultos como novos destinatários da educação catequética e a aproximação da catequese com liturgia, pois os temas litúrgicos passam a ser abordados como conteúdos dos encontros catequéticos. Além disso, privilegia-se a inculturação da catequese, a qual passa a se adequar aos costumes de diversos grupos étnicos e às tradições presente na cultura dos povos das comunidades eclesiais de base (CEB's).

A Comissão dos Bispos Brasileiros (CNBB) enfatiza que o catequista é considerado “[...] um pedagogo que acompanha o educando, orientando-o para as experiências de vida cristã, mais do que o professor que ensina doutrinas. Assim, a catequese não é um mero ensino doutrinal.” (CNBB, 1990, p. 16). Para tanto, sua formação deve ter o cuidado de não somente desenvolver a capacitação didática e técnica, mas principalmente sua vivência pessoal e comunitária da fé e seu compromisso com a transformação do mundo.” (CNBB, 1983, p.73).

Um dos métodos criado na década de 1980 é adotado nacionalmente foi o do princípio da interação. Trata-se do método “ver-julgar-agir” que une a doutrina e a ação cristã. Nessa dinâmica, o “ver” consistia em fazer uma análise da realidade partindo de fatos concretos, “julgar” à luz da mensagem cristã e “agir” propondo uma solução que estivesse ao alcance dos catequizandos. Os novos subsídios entre o período que vai dos anos 80 aos dias atuais, orienta para a abordagem de temáticas que se fazem presentes na sociedade, como meio ambiente, drogas, alcoolismo, globalização, avanços da ciência e tecnologia, consumismo, marginalidade, violência, saúde, qualidade de vida, entre outras questões sociais. Portanto, assuntos antes não relacionados com a catequese, mas que estão cotidianamente inseridas direta ou indiretamente na vida das pessoas são abordados à luz da mensagem evangélica. Desse modo a catequese passa a uma condição considerada autêntica, contextualizada, dinâmica e criativa.

Conclusão

Nesse breve estudo foram destacados aspectos históricos da educação catequética, realizada no âmbito da Igreja Católica. Foi possível verificar que houve

um empreendimento político na Igreja para dar maior abertura às discussões e aos problemas da vida moderna, embora sem abrir mão dos núcleos dogmáticos institucionais. No decorrer de todas essas transformações tiveram destaque diversos documentos norteadores da catequese, dentre os quais se destacam: Puebla (1979), Catequese Renovada (1983) Critérios Pastorais para a Formação de Catequistas (1990), Diretório Geral para a catequese (1997), Diretório Nacional de Catequese (2006) e Documento de Aparecida (2006). Todos esses documentos contêm diretrizes que são desdobramentos do discurso do Concílio Vaticano II para a educação catequética, cuja essência é a mesma. Esse movimento de transição foi caracterizado por dificuldades relacionadas aos recursos materiais necessários à prática pedagógica e, mais ainda, à resistência de agentes educacionais frente às novas orientações institucionais. Ganhou destaque a evolução nos métodos, linguagens e interesses da Igreja em valorizar a atuação dos leigos, aos quais se dispensou formação específica.

Embora a intenção do Vaticano II tenha sido de renovação e abertura ao mundo contemporâneo, na catequese o avanço foi lento. Os subsídios de formação em grande parte não chegavam às mãos dos catequistas da maior parte do Brasil, e poucos tinham acesso às escolas de formação, o que fazia com que a catequese continuasse a ser realizada no modelo tradicional ou oscilando entre o velho e o novo estilo.

Atualmente há uma diversidade de métodos para a educação catequética e o investimento em formação de catequistas tem aumentado em muitas regiões brasileiras e por diversos meios, a começar pela internet, além de livros, revistas, filmes, entre outros recursos que trazem inúmeros subsídios que tendem a fortalecer a educação catequética não só em conteúdos, mas em formação acerca das áreas do conhecimento como é a Filosofia, a Pedagogia, a Didática, a História, Antropologia e a Psicologia, conhecimentos estes que vão além da Teologia e dos conteúdos de fé. No entanto, não são suficientes para atingir a todos os catequistas, tendo em vista aqueles que vivem em localidades distantes dos grandes centros ou em comunidades precárias, onde não há acesso a esses meios ou não há investimentos diocesanos e paroquiais para estes conhecimentos cheguem a esses educadores da fé.

Ao estudar a história da catequese na Igreja do Brasil, no período de 1965 a 2010, vê-se que a recepção do Concílio Vaticano II se realizou de forma contraditória, na medida em que boa parte da renovação proposta pelo Concílio nem sempre se deu através de experiências, ou seja, nem sempre foi possível sistematizar mais fortemente na formulação de planos pastorais que contemplassem a todas as realidades e culturas envolvidas. Sob esse ponto de vista, é possível concluir que houve momentos em que a Igreja se desviou de alguns propósitos conciliares se analisarmos mais profundamente as práticas pastorais dentro de suas limitações. Por outro lado, é preciso considerar a mudança de paradigmas que houve, da catequese essencialmente tradicional que era executada, para uma catequese mais contextualizada, viva e criativa, inculturada, próxima da realidade do sujeito, buscando uma pedagogia mais libertadora e menos dogmática ou sacramentalista. Tal ruptura, na perspectiva eclesial, só foi possível a partir das novas determinações do Concílio Vaticano II, a partir de onde se começa a pensar e organizar a catequese antropológica.

Finalmente, entende-se que, sem qualquer profissão religiosa de cunho proselitista, apresentou-se aqui uma contribuição para estudos e reflexões sobre um período recente da educação brasileira dando conta de que, além da educação escolar, no caso do grupo católico também houve alguma organização política educacional voltada para a formação relacionada a temas que paulatinamente também foram considerados na escola, como os que dizem respeito aos cuidados e aos direitos humanos, como é o caso do respeito e do ecumenismo no que aponta a diversidade cultural e religiosa, no caso do ensino religioso escolar.

Referências

- BEOZZO, José Oscar. **A Igreja Latino-Americana às vésperas do Concílio Vaticano: História do Concílio Ecumênico Vaticano II**. São Paulo: Paulinas, 1993.
- CELAM, Conselho Episcopal Latino- Americano. **Documento de Aparecida**. 3ª edição. São Paulo: Paulinas, 2007.
- CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Catequese Renovada**. 29. ed. São Paulo: Paulinas, 2000.
- CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Diretório Nacional de Catequese**. Brasília. CNBB, 2006
- LIMA, Luiz Alves de. **A catequese no processo de evangelização**. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 2009.
- LIMA, Luiz Alves de. **História da Catequese**. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 2010.

MORÁS, Francisco. **As correntes contemporâneas da catequese**. Petrópolis, RJ. Vozes. 2004

OLIVEIRA, Ralfy Mendes de. **O leigo, a Igreja e o mundo**. In Revista de Catequese. Ed. Salesiana Dom Bosco – São Paulo. Ano 10. n. 39; julho-setembro de 1987.

VIER, Frederico. **Compêndio do Vaticano II: Constituições, decretos e declarações**. Petrópolis: Vozes, 1979.

WOLFF, Elias. O ensino ecumênico do Concílio Vaticano II. In BRIGHENTI, A.; ARROYO, F.M. **O Concílio Vaticano II: batalha perdida ou esperança renovada?** São Paulo: Paulinas, 2015. p. 208-243.